

Destaques

15/01	Preços	INE divulgou Índice de Preços no Consumidor – Dezembro 2008
15/01	Preços	Eurostat divulgou Índice de Preços no Consumidor – Dezembro 2008
14/01	Turismo	INE divulgou Estatísticas da Actividade Turística – Novembro 2008
09/01	Comércio Internacional	INE divulgou Estatísticas do Comércio Internacional – Outubro 2008
08/01	Economia	Eurostat divulgou Segundas Estimativas do PIB na UE27 – 3.º Trimestre 2008
08/01	Demografia	INE divulgou Revista de Estudos Demográficos – 2.º Semestre 2008
08/01	Economia	INE divulgou Inquéritos de Conjuntura às Empresas e Consumidores – Dezembro 2008
06/01	Economia	Banco de Portugal divulgou Boletim Económico de Inverno – 2008

Crise Global – Resposta estratégica

A **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)** divulgou recentemente a comunicação final da resposta estratégica à crise global que afecta a economia mundial. O documento constitui um contributo para o esforço global de combate à crise e apresenta, numa visão holística, as considerações e recomendações que a Organização considera determinantes para ultrapassar a crise financeira e económica que marca a conjuntura actual.

A informação disponível acusa a actual **recessão da economia mundial**, sendo que as projecções apontam para um aprofundamento das adversidades ao longo de 2009. A OCDE reconhece ainda um elevado grau de incerteza no que respeita ao impacto e duração da crise financeira, a qual a Organização considera ter sido o grande causador da actual crise. Contudo, é já possível afirmar que os efeitos na

economia real assumem uma amplitude preocupante, especialmente no domínio do **desemprego**, com óbvios reflexos nos rendimentos das famílias. A situação gerada pelo aumento do desemprego em muitos países é, por sua vez, geradora de incerteza e ansiedade, que urge combater, constituindo pois a prioridade central, na perspectiva da OCDE, a par da necessária restauração da estabilidade confiança no sistema financeiro.

A OCDE adverte que o combate à crise, dado o seu carácter global e de interdependência económica, não pode ser encarado levemente, considerando ser necessária a criação de novos mecanismos institucionais capazes de gerar respostas verdadeiramente globais, integradas e multidimensionais.

O combate à crise exige portanto a adopção de medidas com efeitos imediatos, mas impõe que, em simultâneo, se enfrentem desafios de carácter estrutural, designadamente o combate às desigualdades e à pobreza, o desenvolvimento e introdução de tecnologias limpas (amigas do ambiente) no processo produtivo, a manutenção da abertura dos fluxos comerciais e de investimento com os restantes países e a assunção do compromisso de aumento de ajudas ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

A resposta estratégica que a OCDE preconiza tem por objectivo combater a crise, por um lado, e aproveitar a oportunidade para lançar as bases para uma economia mundial mais forte, por outro. Assim, a Organização sugere duas áreas prioritárias: “Finanças, Competitividade e Governança” e “Restaurar o crescimento económico sustentável no longo prazo”.

Ao nível do primeiro domínio, a OCDE defende que a **regulamentação** e a **fiscalidade** no mercado de capitais contribuíram de forma determinante para a cultura de risco excessivo que caracterizou o mercado antes da crise financeira, pelo que será necessário implementar quadros normativos fortes e eficazes, assim como supervisão apropriada. Do ponto de vista fiscal, a OCDE considera crucial a remoção das barreiras que impeçam ou distorçam o efectivo funcionamento dos mercados financeiros.

Os **fundos de pensões** sofreram perdas significativas decorrentes das aplicações de alto risco a que estes estavam associados, tendo originado uma grande inquietação e levanta a necessidade de repensar a estratégia de provisão das pensões, que deverão, no entendimento da OCDE, depender menos de produtos financeiros voláteis. A Organização é da opinião de que a regulação dos fundos de pensões e uma estratégia de diversificação apropriada entre sistemas público e privado de reforma deverão ser equacionados. Os fundos de pensões públicos enfrentam desafios importantes de diminuição do emprego e, por esta via, a redução das contribuições para provisões das reformas. Os previsíveis efeitos no cálculo

da sustentabilidade destes fundos deverão resultar em pressões para a suspensão dos ajustamentos automáticos de sustentabilidade associados aos fundos de pensões públicos.

Na fase inicial da crise, assistiu-se ao apoio a grandes empresas e indústrias por parte das entidades governamentais, quer através de subsídios, quer através de medidas proteccionistas. Simultaneamente, as entidades reguladoras do mercado financeiro adoptaram medidas *ad hoc* de emergência em resposta à falta de liquidez e de confiança, que se traduziram, entre outras, em investimentos, nacionalizações e garantias. A OCDE considera que a política de **competitividade** deverá desempenhar um importante papel não só no domínio do salvamento e reestruturação do sector financeiro, mas também na sua subsequente recuperação, assim como na retoma de toda a economia. A competitividade dos mercados pode, no cenário de crise, ser ameaçada por pressões relacionadas com a necessidade de retoma económica, o que se poderá traduzir no afrouxamento da acção inspectiva, por parte das entidades supervisoras, em virtude de promover a desejada recuperação económica. A Organização considera que, face a esta possibilidade, é necessário dar sinais ao mercado de que a competitividade é parte da solução, uma vez que beneficia os consumidores e impulsiona a produtividade. Assim, as autoridades deverão salvaguardar os princípios da competitividade sem comprometer as necessárias medidas de restauração da confiança no sector financeiro.

A conjuntura de crise expõe o **sector empresarial** e as pequenas e médias empresas em particular, a acrescidas vulnerabilidades, motivadas, em grande medida, pela forte dependência do crédito bancário e pelas limitações de acesso aos mercados financeiros. Neste enquadramento, a OCDE, considera necessário avaliar o impacto da crise nos diferentes sectores e empresas e empreender a implementação de novos mecanismos inovadores capazes de potenciar o desenvolvimento financeiro ao nível local.

As recomendações para o **crescimento sustentável** da economia mundial para os **médio e longo prazos** consistem em actuações no sentido de: manter os mercados abertos ao comércio e ao investimento; adoptar políticas macroeconómicas, fiscais e do trabalho que potenciem o crescimento e a resiliência económica; estimular tecnologias inovadoras e amigas do ambiente; de fomentar o desenvolvimento económico e equilibrar os mercados e estimular a saída do estado das empresas, enquanto proprietário.

A **abertura dos mercados à actividade comercial e ao investimento** constitui um factor-chave para o crescimento económico e para o desenvolvimento e constitui uma condição essencial, tanto para a recuperação económica que a actual conjuntura impõe, como para o crescimento sustentado nos médio e

longo prazos. Justamente numa altura em que a necessidade de abertura ganha uma nova amplitude, crescem os receios acerca das consequências da liberalização e ganha força a percepção de que a liberalização pode ter contribuído para a actual crise. A OCDE argumenta que se os referidos receios resultarem num aumento do multilateralismo e do proteccionismo, a crise poderá ganhar contornos ainda mais sérios, com efeitos severos no retardamento da recuperação económica.

A recessão induz a actuação dos governos no sentido de mitigar os efeitos adversos da crise económica, seja através da atribuição de subsídios, seja através de medidas fiscais. Este tipo de intervenções afecta de forma significativa as **contas públicas**, pelo que será necessário, por um lado, assegurar que as medidas tomadas não afectarão a sustentabilidade das contas públicas no médio/longo prazo e, por outro, zelar para que as medidas de curto prazo sejam tomadas no tempo certo, com metas bem definidas, devendo ainda ter subjacente um carácter temporário.

O **estímulo fiscal**, em coordenação com as **medidas de curto prazo**, têm desempenhado um importante papel no combate à crise, designadamente a injeção de recursos públicos no sector privado, directamente através da injeção de liquidez ou capitalização directa de instituições financeiras, ou indirectamente através do acréscimo de subsídios e da atribuição de garantias (avales). Não obstante, as intervenções maciças de apoio podem induzir **efeitos indesejáveis no médio prazo**, na medida em que podem distorcer as condições de mercado, mormente de carácter proteccionista ou anti-competitividade, assim como podem repercutir-se negativamente na estrutura e dimensão dos défices públicos e, por esta via, pôr em perigo a sustentabilidade fiscal e reduzir os recursos públicos disponíveis para apoiar o crescimento económico de longo prazo, a que estão subjacentes os previsíveis aumentos com a protecção social e a tendencial redução da receita, motivados pelo gradual envelhecimento da população, para além dos inerentes desincentivos às iniciativas privadas dos restantes agentes económicos associados às medidas de emergência referidas.

É neste enquadramento que a OCDE defende o carácter temporário das medidas de curto prazo encetadas pelos governos, sustentando que as mesmas devem estar associadas a metas bem definidas, conforme já referido, sendo imperioso que se restaure o equilíbrio entre as condições de mercado e as políticas governamentais, assim que a recuperação económica tenha início. Este exercício requer, por parte das autoridades, uma abordagem horizontal que assegure a eficácia das medidas – sob pena de anularem a eficácia umas das outras.

O abrandamento económico motivado pela crise não deve ser impedimento ou motivo de enfraquecimento dos esforços de redução de emissões atmosféricas. Adiar intervenções neste domínio resultaria em elevados custos para as economias e para as sociedades. A crise apresenta a oportunidade e o incentivo ao aumento da **eficiência energética e à racionalização dos recursos**. Esta é também, de acordo com a OCDE, uma oportunidade para proceder à retirada dos subsídios à produção e consumo de combustíveis fósseis, o que terá implicações tanto na esfera ambiental como no domínio das contas públicas.

A **inovação** é um instrumento chave para o aumento da produtividade e para alavancar o crescimento económico sustentado. Elevadas performances em inovação afiguram-se, no actual contexto de crise, extremamente importantes. Assim a OCDE recomenda um forte estímulo à inovação, particularmente nas áreas da Investigação e Desenvolvimento, das tecnologias limpas e da inovação dos sistemas de educação/formação.

O impacto da crise nos **países em desenvolvimento** irá afectar a recuperação da economia mundial, que vem ganhando contornos cada vez mais preocupantes à medida que os efeitos da crise alastram. Os potenciais efeitos de subidas de preços nos mercados de produtos agrícolas podem condicionar a capacidade de aprovisionamento dos países mais carenciados, pelo que será fundamental assegurar o princípio da eficácia nas ajudas a implementar, por forma a permitir que os esforços de desenvolvimento produzam os desejados efeitos de convergência.

Também o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** teceu algumas considerações relativas ao combate à crise. À semelhança do que defende a OCDE, o FMI considera importantes as medidas de curto prazo implementadas, mas defende igualmente a necessidade de não descuidar a implementação de medidas de longo prazo dirigidas ao aumento da produtividade e às questões relacionadas com os potenciais aumentos da carga fiscal associadas ao acréscimo dos custos com protecção social que o gradual envelhecimento da população acarreta.

Este Boletim Informativo também pode ser consultado em: <http://www.idr.gov-madeira.pt/planeamento/>

Sugestões e comentários: planeamento@idr.gov-madeira.pt

Fonte: OCDE – *OECD's strategic response to the financial and economic crisis: Contributions to the global effort*; FMI – *IMF Helping Counter Crisis Fallout in Emerging Europe*